



Número: **0800636-04.2020.8.18.0050**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)**

Última distribuição : **25/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		YHARRANA MAYRLA DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11072585	30/07/2020 19:13	<a href="#">Petição</a>	Petição
11072586	30/07/2020 19:13	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA-CIENCIA DO DESPACHO</a>	Manifestação
11071966	30/07/2020 18:17	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
11071965	30/07/2020 18:17	<a href="#">Citação</a>	Citação
11058272	30/07/2020 12:21	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
11052344	29/07/2020 19:05	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
10974406	25/07/2020 17:52	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
10974407	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, - ACAO DE INDENIZACAO SEGURO DPVAT.docx</a>	Petição
10974408	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - PROCURACAO</a>	Procuração
10974409	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - DOC PESSOAL</a>	Documentos
10974410	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - DEC HIPO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974411	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - CONCESSAO R\$1687 (04052019)</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974412	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - COMP ENDEREÇO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974413	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - CERT CASAMENTO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974414	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - CART SIND TRAB RURAL</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974415	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - ABERTURA DPVAT</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974416	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SIULTRASSONOGRAMIA TORNOZELO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974417	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - ULTRASSONOGRAMIA TORNOZELO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

10974 418	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RELATORIO CIRURGICO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974 419	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RADIOGRAFIA DO TORNOZELO 2</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974 420	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RADIOGRAFIA DO TORNOZELO 1</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974 421	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RADIOGRAFIA DO TORNOZELO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974 422	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - FOTO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974 423	25/07/2020 17:52	<a href="#">FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RELATORIO MEDICO</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
10974 424	25/07/2020 17:52	<a href="#">CNPJ- SEGURADORA LIDER</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

PETIÇÃO EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE ESPERANTINA-PI**

**PROCESSO Nº: 0800636-04.2020.8.18.0050**

**AUTOR: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**, já processualmente qualificada nos autos do processo onde contende com **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, vem, por intermédio da sua advogada infra-assinada, perante Vossa Excelência **INFORMAR** que esta ciente do proferimento do respeitável Despacho.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

TERESINA-PI, 30 de Julho de 2020.

**YHARRANA MAYRLA DA SILVA COIMBRA**  
**OAB-PI 13.817**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**CABINETE DA Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível) DA COMARCA DE**  
**ESPERANTINA**  
Rua Coronel Patrocínio Lages, 463, Centro, ESPERANTINA - PI - CEP: 64180-000

---

**PROCESSO Nº: 0800636-04.2020.8.18.0050**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **INTIMAÇÃO**

Fica a parte autora intimada, por seu advogado, da decisão de id. 11058272.

ESPERANTINA-PI, 30 de julho de 2020.

**ROBERT DE MOURA CARNEIRO**  
**Secretaria da Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CABINETE DA Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível) DA COMARCA DE  
ESPERANTINA  
Rua Coronel Patrocínio Lages, 463, Centro, ESPERANTINA - PI - CEP: 64180-000

PROCESSO Nº: 0800636-04.2020.8.18.0050  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
AUTOR: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CITAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

(art. 246, §1º, CPC)

Comunico-lhe que tramita nesta **Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)** a Ação PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) (Processo n.o 0800636-04.2020.8.18.0050) que tem como requerente AUTOR: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA e como requerido REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..

É, pois, a presente para **CITAR** o REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., para **CONTESTAR**, querendo, esta ação no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, sob pena de revelia e de se considerarem verdadeiros os fatos alegados pela autora, nos termos do art. 344 do CPC, bem como para **informar se há possibilidade de acordo e proposta**.

**As cópias dos documentos necessários podem ser acessadas, utilizando as chaves de acesso abaixo, na**

**url <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>**  **:**

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	200725175112626 00000010403537
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SEGURO DPVAT.docx	Petição	200725175112753 00000010403538
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - PROCURAÇÃO	Procuração	200725175112990 00000010403539
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - DOC PESSOAL	Documentos	200725175113162 00000010403540
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - DEC HIPO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	200725175113303 00000010403541
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - CONCESSÃO R\$1687 (04052019)	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	200725175113449 00000010403542
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - COMP ENDEREÇO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	200725175113663 00000010403543
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - CERT CASAMENTO	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO	200725175113802 00000010403544
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - CART	DOCUMENTO	200725175113945



SIND TRAB RURAL	COMPROBATÓRI O	00000010403545
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - ABERTURA DPVAT	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175114069 00000010403546
FRANCISCO FERREIRA DA SIULTRASSONOGRRAFIA TORNOZELO	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175114358 00000010403547
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - ULTRASSONOGRRAFIA TORNOZELO	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175114487 00000010403548
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RELATORIO CIRURGICO	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175114620 00000010403549
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RADIOGRAFIA DO TORNOZELO 2	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175114798 00000010403550
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RADIOGRAFIA DO TORNOZELO 1	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175114934 00000010403551
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RADIOGRAFIA DO TORNOZELO	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175115049 00000010403552
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - FOTO	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175115173 00000010403553
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA - RELATORIO MÉDICO	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175115284 00000010403554
CNPJ- SEGURADORA LIDER	DOCUMENTO COMPROBATÓRI O	200725175115396 00000010403555
Certidão	Certidão	200729190515591 00000010475521
Decisão	Decisão	200730122123185 00000010481139

ESPERANTINA-PI, 30 de julho de 2020.

**ROBERT DE MOURA CARNEIRO**  
Secretaria da Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível) DA COMARCA DE  
ESPERANTINA**

**Rua Coronel Patrocínio Lages, 463, Centro, ESPERANTINA - PI - CEP:  
64180-000**

**PROCESSO Nº:** 0800636-04.2020.8.18.0050

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DECISÃO**

Vistos.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT CUMULADO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ingressada por FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, em face da SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A, devidamente qualificados, pelas razões de fato e fundamentos expressos na exordial (id. 10974407).

Recebo a petição inicial, uma vez preenchidos os requisitos estabelecidos nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil de 2015.

Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, caput), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil.

Cite-se o Réu para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias e informar se há possibilidade de acordo e proposta, uma vez que deixo de designar audiência prévia de conciliação, na forma do artigo 334 do CPC, pois haveria, a meu ver, comprometimento com a rápida duração do processo, valendo-me aqui da regra insculpada no art. 139, II, do CPC.

Expedientes e intimações necessárias.

Cumpra-se.

**ESPERANTINA-PI, 30 de julho de 2020.**

**ÍTALO MÁRCIO GURGEL DE CASTRO**

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)**







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CABINETE DA Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível) DA COMARCA DE  
ESPERANTINA  
Rua Coronel Patrocínio Lages, 463, Centro, ESPERANTINA - PI - CEP: 64180-000

---

PROCESSO Nº: 0800636-04.2020.8.18.0050  
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]  
AUTOR: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação do processo, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

ESPERANTINA-PI, 29 de julho de 2020.

**JAHILTON DE JESUS RODRIGUES MACHADO**  
Secretaria da Vara Única da Comarca de Esperantina (Cível)



PETIÇÃO EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE ESPERANTINA-PI.**

**FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.587.869 SSP-PI, inscrito no CPF nº 770.433.673-87 residente e domiciliado na Avenida Manoel Franco, nº 1024, Bairro Morro do Chap. Sul CEP 64.180-000, cidade de Esperantina-PI, Endereço Eletrônico: [yhorrana.mayrla@hotmail.com](mailto:yhorrana.mayrla@hotmail.com), neste ato representado por seus advogados firmatários, com endereço para intimações infra timbrado, vem com usual deferência e com fundamento no Art. 6º, IV, VII e VIII, Art. 51, IV, X, XIII e VX, art. 54 e 84, todos do CDC, Art. 591 c/c Art. 406 e 1.125 do CC e Art. 300, caput c/c Art. 497 do NCPC, Súmula 121 do STF e art. 5º, inciso XXXII, LIV, LV c/c Art. 192 da Constituição Federal, perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT CUMULADO COM  
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

Em face da **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A** pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ N.º **09.248.608/0001-04**, com Sede **R DA ASSEMBLEIA** nº 100 Andar 26, Centro Rio de Janeiro– RJ CEP- 20.011-904, passando a elencar as razões fáticas e jurídicas que atestam a validade de seu direito, para que ao final possa vê-lo acolhido integralmente.

**ENDEREÇO PARA INTIMAÇÕES**

A Parte Autora, através de seus Advogados firmatários, informa que o endereço para intimações, publicações e/ou eventuais notificações, dentro do presente feito, é o

**RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 3066, BAIRRO CABRAL  
CEP 64.000-580 – TERESINA – PI**

**[Yhorrana.mayrla@hotmail.com](mailto:Yhorrana.mayrla@hotmail.com)  
(86) 3029-8658/99958-1468/99953-6217**



seguinte: Rua General Osório, nº 3066, Bairro Cabral, CEP 64.000-580, TERESINA/PI. O não atendimento ao pedido formulado acima, implicará em nulidade do ato, conforme estipula o Art. 272, parágrafo 2º e 273, ambos do NCPC.

#### **DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (CPC/2015, art. 319, inc. VII)**

O art. 319, VII do Novo Código de Processo Civil dispõe que a petição inicial deverá indicar a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação:

**"PORTANTO A PARTE AUTORA OPTA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NOS TERMOS DO ART. 319, VII DO NCPC."**

#### **CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente é de se afirmar que o postulante neste feito não possui condição de arcar com o vultoso valor das custas processuais sem comprometer seu orçamento familiar.

O deferimento da assistência judiciária, nos termos do **artigo 4º da lei nº 1.060/50**, esta condicionado, único e exclusivamente, a afirmação de que não possui condições de arcar com as custas e honorários sem prejuízo próprio e de sua família.

Segundo a lei, basta o simples requerimento na própria petição inicial ou a qualquer momento do processo, para ver deferida a concessão do benefício:

**Lei Nº 1.060/50 – Art. 4º - A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.**

**§1º - Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.**

Conforme se vê, apresentado o pedido de gratuidade, há presunção legal de veracidade dos fatos declarado quanto a sua insuficiência financeira; a teor do artigo 5º do mesmo diploma, o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima).

A Parte Autora, verdadeiramente, não tem condições de arcar com as despesas do processo, uma vez que são insuficientes seus recursos financeiros para pagar todas as despesas processuais, inclusive o recolhimento das custas iniciais vejamos o art. do Novo Código e Processo Cível:

**Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e**



**os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.**

Destarte, a Demandante ora formula pleito de gratuidade da justiça na orientação ofertada pelo caput do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, o que faz por declaração de seu patrono, sob a égide do art. 99, § 4º c/c 105, in fine, ambos do CPC/2015, quando tal prerrogativa se encontra inserta no instrumento procuratório acostado.

**Por todos os motivos acima indicados, fica – desde já – pleiteada a benesse da Justiça Gratuita em prol do Autor.**

#### **DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS**

A presente Exordial é composta por cópias, às quais este causídico confere declaração, asseverando a autenticidade aos referidos documentos, nos termos do Art. 425, inciso IV, do NCPC, in verbis:

“Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:  
(omissis)

IV – As cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade.”

#### **DOS FATOS**

A parte Autora, no dia 22 de Outubro de 2020 sofreu um acidente que lhe acarretou graves lesões corporais, após o ocorrido o Requerente foi encaminhado para atendimento médico em virtude da gravidade dos ferimentos. Após o atendimento e a realizações de vários exames foi constado que o acidente lhe ocasionou lesões no tornozelo onde o precisou de realização de um cirurgia.

Após a realização da cirurgia exames e consultas médicas em virtude da fratura sofrida no tornozelo direito, o requerente permaneceu com considerável limitação para movimentos, bem como restou com dificuldades para caminhar, ficar de pé por determinado tempo e até mesmo as simples atividades do dia a dia se tornaram tormentosas para serem desempenhadas.

Pois bem conforme se verifica pela documentação em anexo, o Requerente sofreu várias lesões e até hoje sente dores no local lesionado, tendo consideravelmente reduzida sua capacidade de movimentação e utilização do membro afetado.

Diante dos fatos ocorridos o Requerente possuindo o direito assegurado em lei, procurou amparo através do pedido de indenização junto á **SEGURADORA LIDER DO**



**CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A** a Parte Requerente juntou todos os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela Seguradora, requerendo a administrativa a quantia que fazia jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIZEZ) tendo seu pedido cadastrado com o número do pedido 3190135863.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua fratura a Parte Requerente aguardou a resposta da Seguradora ora Requerida, e tamanha fora a surpresa do Requerente quando informado do montante que seria pago pela Seguradora.

De Acordo com o documento em anexo, a Seguradora efetuou pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo Requerente. Após análise do pedido feito administrativamente, o Requerente recebeu o valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Tal entendimento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal, com a seriedade das lesões sofridas e com as consequências destas na situação física em que hoje o Requerente se encontra. Todos os laudos e exames médicos levam ao entendimento de que fora grave a lesão onde foi gravemente afetado a perda funcional do membro afetado, porém a seguradora realiza avaliação parcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que lhe é realmente devido.

Conforme se demonstra Excelência o segurado ora Requerente, juntou ao seu pedido administrativo boletim de ocorrência, ficha de atendimento ambulatorial, laudos e exames médicos atestando as lesões e as limitações que sofrera, e mesmo assim teve como resposta da Requerida um pagamento no valor ínfimo, não compatível com a lesão física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizados para este fim.

Desta forma resta claro que buscado solucionar o problema por meio administrativo para o recebimento da indenização com os valores condizentes ao caso concreto, porem tudo foi em vão, não havendo outra forma da Parte Requerente alcançar seu direito a não ser com intervenção judicial, através da correta quantificação dos valores devido e consequente condenação da Ré ao pagamento deste.

## DOS FUNDAMNETOS JURIDICOS



A Parte Requerente ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei 6.194 de dezenove de dezembro de 1974 prevendo indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório cumpre importante função social dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194 /1974 institui no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório por Danos Pessoais causados por veículos automotores de Via Terrestre- DPVAT, Posteriormente a Lei 8441/1992, veio ampliar a indenização, com intuito de torna-la mais compatível com o fim a qual se destina.

Importante citar o trecho encontrado no próprio site da Parte Requerida in verbis:

O seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa seja passageiro, motorista ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e despesas médicas hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do seguro DPVAT é a SEGURADOR LÍDER DPVAT, que tem o objetivo de assegurar a população, em todo território nacional, o acesso os benefícios do SEGURO DPVAT.

*O pagamento da indenização é o feito em conta corrente ou poupança da vítima e seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte e de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau de invalidez e até R\$ 2.700,00 (dois mil setecentos reais) em reembolso para as despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por morte é de até 3 (três) anos a contar da data do óbito. Para as despesas médicas a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de invalidez permanente o este prazo é de até 3 anos a contar da ciência da invalidez permanente pela vítima.*

Os recursos os SEGURO DPVAT, são financiado pelos proprietários de veículos, por



meio de arrecadamento anual. Do total arrecadado 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para o custeio do atendimento- hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo o País. 5% são repassados aos ministérios das cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados a prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento de indenização e reservas.

Sendo assim Excelência faz jus ao recebimento de indenização coberto pelo SEGURO DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º 6.194/74, vejamos:

*Art.3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido pelo art.20, desta lei compreendem em indenizações por morte, por invalidez permanente total ou parcial, e por despesas de assistência medica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoas vitimadas:*

- I- R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)- no caso de morte;
- II- Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente; e
- III- Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)- como reembolso a vítima- nos casos de despesas de assistência medica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a lei e enquadra-se no caso em tela, importante se faz, mencionar, jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do RIO GRANDE DO SUL deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a parte demandante

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMETAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. **1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º caput da lei 6.194/74 é devida a indenização securitária.** 2. Graduação de invalidez. Mostra-se necessária a graduação de invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento REsp. 1.246.432, submetido ao regime dos Regime dos Recursos repetitivos (Art. 543-C DO Código de Processo Civil) e Sumula 474 do STJ. **3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado pela perícia judicial e o pagamento**





~~administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada no ponto.~~ 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerando o caimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Civil N° 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, julgado em 29/06/2016).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. **Presente a prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT.** Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível N°70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e a invalidez permanente da parte autora nos termos do art. 5º caput da lei 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a Graduação da Invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Regime dos Recursos repetitivos (Art. 543-C DO Código de Processo Civil) e Sumula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado pela perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCALMENTE PROVIDO EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível N° 70066950957, Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016).

Dessa forma comprovado a acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial/ permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do



respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

Para tanto, conforme a tabela faz-se necessário o correto enquadramento da perda parcial pela parte autora procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT á parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos exames e documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com o valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### **DO DANO MORAL**

O dano, em sentido amplo, é a lesão a qualquer bem jurídico e aí se inclui o dano moral; em sentido estrito, é a lesão ao patrimônio, e patrimônio é o conjunto de relações jurídicas de uma pessoa, apreciáveis em dinheiro.

Portanto, a definição de dano moral tem que ser dada sempre em contraposição ao dano material, sendo este o que lesa bens, apreciáveis pecuniariamente e aquele, ao contrário, o prejuízo a bens ou valores que não tem conteúdo econômico. Nesta modalidade de reparação, Culto Magistrado, não se trata de pagar o transtorno e a angústia causada ao autor, mas sim de dar ao lesado os meios derivativos, com que se aplacam ou afugentem esses males, através de compensação em dinheiro, o quantum satis, a fim de se afastar os sofrimentos ou esquecê-los, ainda que não seja no todo, mas, ao menos, em grande parte.

O dano moral está intimamente ligado à pessoa que sofreu uma lesão em seus sentimentos. Assim, a reparação do dano, é, na realidade, uma compensação, que deverá ser suficiente para que atenuem os danos sofridos, assim, conseqüentemente, deve o Estado-Juiz



quantificar o dano de tal forma que, compense a dor e o medo, que passa a ser permanente; e apresente um caráter pedagógico.

Diante disso, podemos imaginar Culto Magistrado, as dificuldades e os males emocionais que vêm passando o Autor diante dos fatos ora narrados, pois o Réu com o seu descaso, ocasionou inúmeros prejuízos ao Autor, que contribuiu decisivamente em desencadear uma série de transtornos e desgastes emocionais.

O certo é que até o presente momento, o requerente foi gravemente lesionado no tornozelo direito tendo até hoje sequelas em seu tornozelo, a Empresa Ré por sua vez realizou um pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade de sua lesão.

O princípio da dignidade da pessoa humana identifica um espaço de integridade moral a ser assegurado a todas as pessoas por sua só existência e atualmente esse princípio é consagrado em todas as Constituições, no nosso país está inserido no artigo 1º, inciso, III, constitui norma jurídico-positivada com *status* constitucional e, como tal, dotada de eficácia, transformando-se de tal sorte, para além da dimensão ética, mas em valor jurídico fundamental do indivíduo.

A dignidade relaciona-se tanto com a liberdade e os valores do espírito como com as condições materiais de subsistência, constituindo um dos fundamentos do Estado democrático de direito, servindo, inclusive, como fonte de luz aos demais princípios constitucionais e infraconstitucionais, lembrando-se de mencionar, que a dignidade deverá ser interpretada de modo a realizar o mais amplamente possível o princípio que rege a matéria, como descreve o autor Rizzato Nunes:

***“é um verdadeiro supraprincípio constitucional que ilumina todos os demais princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais. E por isso não pode o princípio da dignidade da pessoa humana ser desconsiderado em nenhum ato de interpretação, aplicação ou criação de normas jurídicas”.***

Há de se ressaltar que há um liame muito próximo entre o princípio da proteção do conteúdo essencial dos direitos fundamentais com a dignidade, depreende-se desse fato, quando



se verifica na dogmática dos direitos fundamentais que existem formulações que identificam na dignidade da pessoa o núcleo essencial dos direitos fundamentais e quando os poderes, sejam públicos, sejam particulares, infringem o conteúdo essencial de um direito fundamental.

É como se dissesse que a dignidade da pessoa humana foi violada, ocorre essa violação quando confinam, limitam, enfim, impedem o exercício do direito fundamental pelo titular, por meio de pressupostos e condições que o titular, apesar do máximo esforço, não consegue cumprir, portanto não pode em nenhum momento, esse princípio ser desconsiderado, em qualquer ato de interpretação, aplicação ou criação de normas jurídicas e muito menos sofrer restrições.

Sobre tal princípio, Nelson Nery doutrina que:

*“É o fundamento axiológico do Direito; é a razão de ser da proteção fundamental do valor da pessoa e, por conseguinte, da humanidade do ser e da responsabilidade que cada homem tem pelo outro.”*

Verifica-se também no seguinte julgado:

*“O Min. Celso de Mello, em decisão ao HC 85988-PA / STJ – 10.06.2005, defende ser a dignidade humana o princípio central de nosso ordenamento jurídico, sendo significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso país, além de base para a fundamentação da ordem republicana e democrática.”*

Assim, pelo evidente dano moral que provocou a Empresa-Ré, é de impor-se a devida e necessária condenação, com pagamento de indenização a Parte Autora, que experimentou ter lesionado gravemente seu tornozelo.

Trata-se de uma *“lesão que atinge valores físicos, a honra, a paz íntima, a vida nos seus múltiplos aspectos, a personalidade da pessoa, enfim, aquela que afeta de forma profunda não os bens patrimoniais, mas que causa fissuras no âmago do ser, perturbando-lhe a paz de que todos nós necessitamos para nos conduzir de forma equilibrada nos tortuosos caminhos da existência.”*, como bem define CLAYTON REIS (*Avaliação do Dano Moral*, 1998, ed. Forense).



*"Havendo dano, produzido injustamente na esfera alheia, surge a necessidade de reparação, como imposição natural da vida em sociedade e, exatamente, para a sua própria existência e o desenvolvimento normal das potencialidades de cada ente personalizado. É que investidas ilícitas ou antijurídicas ou circuito de bens ou de valores alheios perturbam o fluxo tranqüilo das relações sociais, exigindo, em contraponto, as reações que o Direito engendra e formula para a restauração do equilíbrio rompido."* (Carlos Alberto Bittar).

Em nosso direito é certa e pacífica a tese de que quando alguém viola um interesse de outrem, juridicamente protegido, fica obrigado a reparar o dano daí decorrente. Basta adentrar na esfera jurídica alheia, para que venha certa a responsabilidade civil.

Neste sentido, dispõe o Código Civil que:

*"Artigo 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".*

De imediato, percebe-se que a requerida deliberadamente atingiu e molestou a integridade moral do requerente, no momento em que imotivadamente deixou de pagar o valor realmente violando fisicamente e moralmente, constringendo-o ilegalmente.

O STF tem proclamado que **"a indenização, a título de dano moral, não exige comprovação de prejuízo"**(RT 614/236), por ser este uma consequência irrecusável do fato e um **"direito subjetivo da pessoa ofendida"** (RT 124/299).

As decisões partem do princípio de que a prova do dano (moral) está no próprio fato, não sendo correto desacreditar na existência de prejuízo diante de situações potencialmente capazes de infligir dor moral. Esta não é passível de prova, pois está ligada aos sentimentos íntimos da pessoa. Assim, é correto admitir-se a responsabilidade civil, p. ex., na maioria dos casos de ofensa à honra, à imagem ou ao conceito da pessoa, pois subentendem-se feridos seus íntimos sentimentos de autoestima **(CRJEC, 3ª Turma, Rec. 228/98, rel. Juiz Demócrito Reinaldo Filho, j.**



20.08.98, DJ 21.08.98).

Assim, todo mal infligido ao estado ideal das pessoas, resultando mal-estar, desgostos, aflições, interrompendo-lhes o equilíbrio psíquico, constitui causa suficiente para a obrigação de reparar o dano moral. O dinheiro proporciona à vítima uma alegria que pode ser de ordem moral, para que possa, de certa maneira, não apagar a dor, mas mitigá-la, ainda com a consideração de que o ofensor cumpriu pena pela ofensa, sofreu pelo sofrimento que infligiu.

Não estará pagando a dor nem se lhe atribuindo um preço, e sim, aplacando o sofrimento da vítima, fazendo com que ela se distraia se ocupe e, assim supere a sua crise de melancolia.

Pois bem, adentrando na análise legal do tema, inicialmente é oportuno fazer referência à Constituição Federal de 1988, que foi muito clara ao dispor, no seu art. 5º, inciso X, *"in verbis"*:

*"X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".*

Encontra-se constitucionalmente previsto a possibilidade de reparação por quaisquer danos sofridos. Isso é matéria pacífica na doutrina e na jurisprudência pátria, senão vejamos:

*"Aquele que sofre um dano moral deve ter direito a uma satisfação de cunho compensatório. Diz-se compensação, pois o dano moral não é propriamente indenizável: "indenizar" é palavra que provém do latim, "in dene", que significa devolver (o patrimônio) ao estado anterior, ou seja, eliminar o prejuízo e suas consequências – o que, evidentemente, não é possível no caso da lesão de ordem extrapatrimonial. Prefere-se, assim, dizer que o dano moral é compensável, embora o próprio texto constitucional, em seu artigo 5º, X, se refira à indenização do dano moral." (MORAES, 2003, p. 145).*

O legislador estabelece no artigo 5º incisos V e X da Constituição Federal, os critérios que reconhecem a indenização ao dano, independentemente de ser patrimonial, material, moral



ou a imagem, eis o texto constitucional:

*“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

*V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;*

Hoje o dano moral assumiu uma conotação de prejuízo coletivo, pois fere preceito constitucional primordial, instituído no seu artigo 1º, que é a dignidade humana.

Não podemos perder de vista o que está prescrito no nosso Código Civil, TÍTULO III, “DOS ATOS ILÍCITOS”, disciplinados nos artigos. 186 e 187, responsabilizando civilmente quem cause danos a outrem.

Ora, Excelência, a indenização ao Dano Moral é sucedânea de um direito personalíssimo, pois como bem disse o saudoso (GOMES, 1997, p.271):

*“dano moral é o constrangimento que alguém experimenta em consequência de lesão de direito personalíssimo, ilicitamente produzida por outrem.”*

Têm-se então que toda vez que um ou mais dos direitos a personalidade forem violados, suscitará a imprescindível reparação segundo a nossa Carta Magna e o Código Civil de 2002, porque a influência que sofrerá deve ser positiva no sentido de ter por objetivo não uma relação individual traçada numa lide, mas sim toda a coletividade.

Não cabe na atualidade um caráter individualista ou patrimonialista do direito privado sem observância das diretrizes traçadas pela Lei Maior, porque a interpretação que deverá ser feita está amparada nos princípios constitucionais, em que o certo é prevenir, e reparar quando o já tiver ocorrido o dano.

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO



DE DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. ACIDENTE COM FIO TELEFÔNICO SOLTO. PERMISSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PREJUÍZOS PATRIMONIAIS EFETIVAMENTE COMPROVADOS. DANO MORAL E ESTÉTICO RECONHECIDOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. CUMULAÇÃO DOS PEDIDOS. BIS IN IDEM NÃO CONFIGURADO. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DA INCIDÊNCIA. MANTIDA. 1. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva, relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, a qual somente pode ser excluída, ou reduzida, caso se comprove, respectivamente, culpa exclusiva, ou concorrente da vítima, ou que o evento seja decorrente de caso fortuito, ou força maior, o que não se deu, no caso em apreço. 2. Não há exigência legal condicionando a indenização por dano material à apresentação de três orçamentos, podendo ser considerado, para tal finalidade, aquele trazido pela parte interessada, cabendo à parte contrária comprovar a efetiva falta de credibilidade dele, o que não ocorreu, na hipótese. 3. Não é possível impor à vítima que demonstre o seu sofrimento, o qual reside no seu íntimo, no entanto, a dor, os transtornos, a necessidade de ajuda médica e as sequelas do acidente, causado por um fio telefônico caído, são suficientes, no sentido de demonstrar o dano moral tido por ela. 4. Nos termos da súmula 387 do STJ, é lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral, pois o dano moral corresponde ao sofrimento mental e o dano estético corresponde à alteração morfológica da formação corporal da vítima. É possível, ainda, a cumulação deles com o dano material, tendo em vista que este objetiva ressarcir as despesas tidas pela vítima, não havendo falar-se em bis in idem. 5. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, na condenação por danos morais e estéticos, a correção monetária deve incidir desde o seu arbitramento, conforme critério adotado pela Súmula nº 362 do Superior Tribunal de Justiça, e os juros de mora, a partir do evento danoso, consoante o texto da Súmula 54 da Corte Superior. 6. Na condenação por danos materiais, decorrente de relação extracontratual, os juros de mora incidirão a partir do evento danoso, consoante o artigo 398 do Código Civil e a Súmula 54 do STJ e a correção monetária deverá incidir desde a data do efetivo prejuízo, segundo o enunciado da súmula 43 do STJ. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJGO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 400407-68.2014.8.09.0051 (201494004070) COMARCA DE GOIÂNIA APELANTE: OI S/A APELADA: MARA RÚBIA PIRES RIBEIRO SOARES RECURSO ADESIVO – FLS. 173/178 RECORRENTE: MARA RÚBIA PIRES RIBEIRO SOARES RECORRIDA: OI S/A RELATOR: DES. FRANCISCO VILDON J. VALENTE. Data da Decisão: 09.02.2017).





Diante do exposto acima, o Autor requer a condenação da Parte Requerida no dever de indenizar pelos danos morais que provocou, **no VALOR a ser arbitrado por Vossa Excelência.**

## DOS PEDIDOS

Por todo o exposto evidenciado o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição inicial previstos 319 do Código do Processo Civil vem à presença de Vossa Excelência, para **REQUERER**:

1. Nos termos da Lei 1060/50 e art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a Parte Autora não dispõe de recursos para custear o processo sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;
2. Seja recebida a presente e digne Vossa Excelência determinar a citação da Parte Requerida, na forma constante no Código de Processo Civil, para responder aos termos da presente, sob pena de confissão e revelia;
3. Conforme previsão no art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;
4. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT.
5. Devidamente processado o feito com o respeito ao devido processo legal seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:
  - 5.1. Que se declare devido á parte autora o pagamento da complementação de indenização correspondente ao seguro DPVAT- Danos Pessoais Causados por veículos automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após realização de perícia médica;
  - 5.2. Condenar a demandada ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT – INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após a realização de perícia técnica;



5.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

6. Requer, nos termos do art. 5º da Constituição Federal, a condenação da Parte Requerida no pagamento da **JUSTA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS** causados ao autor, no valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, nos termos declinados na presente petição, tendo em vista a farta legislação e jurisprudência anteriormente citada;

7. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei especialmente prova pericial documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.000,00** ( mil reais).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Teresina (PI), 20 de Maio de 2020.

**YHORANA MAYRLA DA SILVA COIMBRA**  
**OAB-PI 13.817**



## PROCURAÇÃO “AD JUDICIA ET EXTRA”

**OUTORGANTE:** FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, brasileiro(a), casado, portador(a) do RG nº 1.587.869 SSP-PI, inscrito(a) no CPF nº 770.433.673-87, residente e domiciliado na Avenida Manoel Franco, nº 1024, Bairro Morro da Chap Sul, CEP 64.180-000, na cidade de Esperantina-PI.

**OUTORGADO:** Dr AÉCIO KLEBER DE SALES RAMOS NETO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PI 6.417 e Drª YHARRANA MAYRLA DA SILVA COIMBRA, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-PI 13.817, com escritório profissional situado na Rua General Osório, nº 3066, Bairro Cabral, em Teresina-PI, CEP 64000-580, nesta capital, onde receberá as intimações de estilo.

**PODERES:** amplos, gerais e ilimitados, para o foro em geral e os contidos na cláusula **AD JUDICIA** e **ET EXTRA** para, em nome da outorgante, em qualquer instituição, juízo, instância ou tribunal propor, contra quem de direito, as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, *bem como, confio poderes especiais para representar-me perante a* **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, a fim de encaminhar o pedido de indenização referente ao seguro obrigatório **DPVAT**, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato a fim de requerer a indenização do **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** para a vítima descrita acima.

Teresina-PI, 21 de novembro de 2019.

  
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

05/11/2013

0499707

Francisco Ferreira da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.587.869 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/10/14

NOME FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO MARIANA FERREIRA DA SILVA

NATURALIDADE ESPERANTINA-PI DATA DE NASCIMENTO 29/07/1964

DOC. ORIGEM CERT.CASAM. 1438 L 05B F 121 EXP ESPERANTINA-PI 18/05/05

CPF 770.433.673-87

TERESINA - PI ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83

CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE

SUS  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

12907140401 0003 1

FRANCISCO FERREIRA SILVA

29/07/1964

Valido em todo territorio nacional

SECRETARIA ESTADUAL E MUNICIPAL DE SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

Eu **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro(a), casado, portador(a) do RG nº 1.587.869 SSP-PI, inscrito(a) no CPF nº 770.433.673-87, residente e domiciliado na Avenida Manoel Franco, nº 1024, Bairro Morro da Chap Sul, CEP 64.180-000, na cidade de Esperantina-PI. DECLARO para devidos fins de direito e especialmente para fazer prova junto a qualquer órgão municipal, estadual, federal, autarquias e fundações, que não possuo recursos suficientes para arcar com despesas e custas processuais sem prejuízo do meu sustento próprio e de minha família, pelo que requeiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 4º da lei 1060/50 e artigo 5º da Constituição Federal.

Teresina-PI, 21 de novembro de 2019.

  
**FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Maio de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190135863

Vítima: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Data do Acidente: 22/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Recebedor: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000699

Conta: 0000011857-9

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Entre em contato conosco  
**SAC DPVAT 0800 022 12 04**  
**www.seguradoralider.com.br**

**DEVOLUÇÃO**

Seguradora Líder - DPVAT

CAIXA POSTAL 40.970  
CEP: 20.270-971  
www.seguradoralider.com.br

**Para uso dos correios**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se      | <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente    |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido  | <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado |
| <input type="checkbox"/> Recusado      | <input type="checkbox"/> Falecido                 |
| <input type="checkbox"/> Ausente       |   |
| <input type="checkbox"/> Não procurado | Data ____/____/____                               |

**Responsável pela informação**

- ☐ Morador  
☐ Síndico  
☐ Porteiro

Entregador

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
AV MANOEL FRANCO, 1024  
MORRO DA CHAPADINHA SUL  
CEP 64180000 - ESPERANTINA - PI

Correios  
R\$01,95  
08.05.19 - 17:26  
BRASIL



Administradora do Seguro DPVAT

**LÍDER**  
Seguradora



**Seguro DPVAT - Proteção para todos**

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

saiba +  
www.seguradoralider.com.br



Seguradora  
**LÍDER**  
Administradora do Seguro DPVAT





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.740/0001-80 | Ins. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série 6-1  
Regime especial de imposto autorizado pela SEFAZ 06/98

Nº da Nota Fiscal 019234451

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MES	VENCIMENTO	CONSUMO (KWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MARCO/2019	27/03/2019	68	63,27

TERESA DE OLIVEIRA SILVA  
AV MANOEL FRANCO 1024  
CPF: 00082721750172  
CEP: 64.180-000 - ESPERANTINA

MORRO DA CHAP SUL

DADOS DA LEITURA		DADOS DA LEITURA	
Atual:	2133	Atual:	20/03/2019
Anterior:	2065	Anterior:	20/02/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	18/04/2019
Consumo Medido:	68	Emissão:	19/03/2019
Consumo Faturado:	68	Apresentação:	20/03/2019
	FCAM		28

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classif/Subclassif	Ligação	Número Medidor	Parte	Código Fat.	Módulo 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A1936104		1.1.1.1	101

HISTÓRICO 12M	DESCRIÇÃO DA CONTA	
FEV/13 123	CONSUMO	68 A R\$ 0,868147 = 59,03
JAN/13 111	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	4,24
DEZ/13 99		
NOV/13 99		
OUT/13 104		
SET/13 106		
AGO/13 101		
JUL/13 91		
JUN/13 104		
MAI/13 92		
TARIFA EDP: TRIBUTOS:		
0 A 66 - 0,623660		

MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO  
LICUE 0800 086 0100 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 19/03/2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO BF03.0AA6.D32D.B5DA.CE60.E8D6.C59A.884C

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS, TRIBUTOS - R\$
Distribuição: 12,26	Base de Cálculo: 59,03 46,04
Energia: 23,65	Alíquota ICMS: 22,00%
Transmissão: 4,00	Valor do ICMS: 12,98
Encargos: 2,52	Valor do PIS: 1,41%
Tributos: 16,60	Valor do COFINS: 6,49%
	Valor do COFINS: 2,98

INDICADORES DE CONTINUIDADE

0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00  
0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

01/2019 0,00

836200000000 63270017000 4 00000000337 6 08870319008 7



SEQ.: 00099 UC: 0337088-7 DT. LECT.: 68/03/2019 T. FNTR.: 03  
LEITURA: 2133 NORMAL TOTAL: 63,27 CARGA: 002  
DT. VENC.: 27/03/2019 IRREG.: 000 COLETOR: 8642





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Notas e Registro Civil  
Rua Patriotas Lages, 463  
Cep 64180-000 - Esperantina-PI.  
Titular: Carlos Eugênio de Sousa

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**COMARCA DE ESPERANTINA**  
**MUNICÍPIO DE ESPERANTINA**  
CARLOS EUGÊNIO DE SOUSA  
Oficial do Registro Civil

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO  
Notas e Registro Civil  
Rua Patriotas Lages, 463  
Cep 64180-000 - Esperantina-PI  
Titular: Carlos Eugênio de Sousa

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

CERTIFICO que, sob o nº 1.438, às fls. 121, do Livro nº 05-B de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia **14 de agosto de 1985**, foi feito o Casamento de **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E TERESA RODRIGUES DE OLIVEIRA**, perante o Juiz: Dr. Joaquim Dias de Santana Filho e as testemunhas As constantes do termo.

**Ele**, nascido em: Taboleirinho, Esperantina -PI, aos 29 de julho de 1964, profissão: lavrador, residente e domiciliado em: Cabeceira da Vargem, Esperantina -PI, filho de: Mariana Ferreira da Silva;

**Ela**, nascida em Cabeceira da Vargem, Esperantina-PI, aos 11 de abril de 1961, profissão: doméstica, residente e domiciliada em: Cabeceira da Vargem, Esperantina -PI, filha de: Eva Maria de Oliveira, a qual passou a assinar-se: **TERESA DE OLIVEIRA SILVA**; Foram apresentados os documentos a que se refere o art. - do Código Civil.

**OBSERVAÇÕES:** A presente envolve elemento de retificação relativamente a data de nascimento do cônjuge masculino, por constar erro manete foi corrigido por sentença judicial.

O referido é verdade e dou fé.

Esperantina(PI), 18 de maio de 2005 .

OFICIAL

Gilvan Moraes Rodrigues  
Escritor - Cartorário  
Cartório do 2º Ofício  
Esperantina - PI



Data de Nascimento: 29 / 07 / 64  
 Data da Entrada: 22 / 03 / 10  
 Carteira Profissional: 35365 Série: 00013-4  
 Instrução: Alfabetizado  
 Atividade Social: Saco U  
 Tipo de Trabalho: Emp. Rural  
 Data da Expedição da Carteira: 22 / 03 / 10  
 Presidente: Ygor Silva Mourão Alves

**Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina - Pi.**  
 Rua Cel. Patriotino Lages, 778 - CNPJ. 08.575.765/0001-36  
 Fundado: em 12-08-1971 - Carta Sindical 325707-71

Mat. Social Nº: 6.588  
 Associado(a): Ygor da Silva  
 Filho(a) de: Ygor e Ygora E da Silva  
 Portador(a): Ygor da Silva





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190135863

Vítima: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Data do Acidente: 22/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Entre em contato conosco  
SAC DPVAT 0800 022 12 04  
www.seguradoralider.com.br

#### DEVOLUÇÃO

Seguradora Líder - DPVAT  
CAIXA POSTAL 40 970  
CEP: 20.270-971  
www.seguradoralider.com.br

#### Para uso dos correios

☐ Malhada ☐ Envelope indicente  
☐ Discartado ☐ Não existe o nº indicado  
☐ Recusado ☐ Falado  
☐ Aberto ☐ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
☐ Não processado

#### Responsável pela informação

☐ Motorista ☐ Dirigente  
☐ Brevista ☐ Empregador

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
AV MANOEL FRANCO, 1024  
MORRO DA CHAPADINHA SUL  
CEP 64180-000 - ESPERANTINA - PI



#### Seguro DPVAT - Proteção para todos

O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre) ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.



saiba+  
www.seguradoralider.com.br





Nome.....: **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**  
Convênio...: PARTICULAR  
Solicitante.: Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO  
Código.....: JUNIOR  
Data Atend: 028055.04  
07/06/2019 13:22:00

Idade.....: **54 anos**  
Sexo.....: **MASC**  
Página.....: 1/1  
Data Emissão: 07/06/2019 13:26:15

## ULTRASSONOGRAFIA DO TORNOZELO DIREITO

O exame sonográfico do tornozelo direito, realizado com equipamento de alta resolução e com transdutor linear e dinâmico, evidenciou:

- Sinovite em recesso anterior.
- Lesão total (grau III) do ligamento deltoíde.
- Tendinopatia tibial posterior.
- Tenossinovite dos fibulares.

### IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- LAUDO DESCRITIVO.

Dr. Jose de Sampaio  
Ortopedista / Cirurgia do Joelho  
CRM-PI 4370 / TEOT 13855  
CNS 98001628855206

Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR  
CRM 4370

Rua Cel. Silvestre Lopes, 1005 - Centro - Fone/Fax (86) 3383-2501  
Cep: 64.180-000 - Esperantina - Piauí





Nome.....: **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**  
Convênio...: PARTICULAR  
Solicitante.: Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO  
Código.....: JUNIOR  
Data Atend: 028055.04  
07/06/2019 13:22:00

Idade.....: **54 anos**  
Sexo.....: **MASC**  
Página.....: 1/1  
Data Emissão: 07/06/2019 13:26:15

## ULTRASSONOGRAFIA DO TORNOZELO DIREITO

O exame sonográfico do tornozelo direito, realizado com equipamento de alta resolução e com transdutor linear e dinâmico, evidenciou:

- Sinovite em recesso anterior.
- Lesão total (grau III) do ligamento deltoíde.
- Tendinopatia tibial posterior.
- Tenossinovite dos fibulares.

### IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- LAUDO DESCRITIVO.

Dr. Jose de Sampaio  
Ortopedista/Cirurgia do Joelho  
CRM-PI 4370 / TEOT 13855  
CNS 98001628855206

Dr. JOSE DE SAMPAIO CARVALHO JUNIOR  
CRM 4370

Rua Cel. Silvestre Lopes, 1005 - Centro - Fone/Fax (86) 3383-2501  
Cep: 64.180-000 - Esperantina - Piauí







ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL CHAGAS RODRIGUES

RELATÓRIO CIRÚRGICO

DATA: 22.10.18

ENFERMARIA/LEITO:

CLÍNICA: Ortopedia

NOME:

Francisco Fátima Silva

DIAGNÓSTICO:

Fract - Lx Exposta Tornozelo Direito

CID:

S930

CIRURGIA:

Pro Lig Fract-lux Exposta  
Tornozelo Direito

PROCEDIMENTO:

0408050217

CIRURGIÃO:

Dr André Cortez

AUXILIAR:

ANESTESISTA:

INSTRUMENTADOR:

TÉCNICA CIRÚRGICA

1. Anestesia + campo cirúrgico + LMC exantivo-SE
2. Insuflação da mão:  
Fract-lux tornozelo direito.  
Dist fibra posterior com pulso e fixação  
no momento.
3. Coloco fixador externo transarticular.
4. Pulso ant-tibial post mais forte.
5. Hemiflexão + LMC + Sutura de pele.
6. Curativo compressivo + Rx final
7. RPA em internação

MÉDICO / CARIMBO / ASSINATURA

André Rodrigues O. Cortez  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PI 4850  
TEOT 15142







Paciente: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
Méd. Solicitante: JOSÉ DE SAUPE CARVALHO JUNIOR  
Exame: RX TORNZELO DIREITO (2 INC)

Mt. Pac.: 26233 Reg.: 19384  
Data: 09/05/2020

## RADIOGRAFIA DO TORNZELO DIREITO

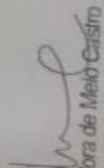
### RELATÓRIO

O estudo radiológico do tornzele realizado em incidências anteroposterior e perfil, demonstra:

- Sequela de fratura cominutiva consolidada na diáfise mediodistal da fíbula direita, com marcada alteração morfoestrutural nesta topografia, associada a placa e parafusos de osteossíntese cirúrgica, sem sinais de desalinhamentos significativos.
- Destaca-se ainda sequela de fratura em epífise tibial distal e maléolo medial, com marcada alteração morfoestrutural e parafusos de osteossíntese cirúrgica, sem sinais de desalinhamento significativo.
- Sinais radiológicos de acentuada artrose das articulações tibiotalar, tibiofibular e talofibular, de aspecto sequelar.
- Redução difusa da densidade óssea em topografia de fraturas prévias de aspecto sequelar.
- Restante da estrutura óssea: com densidade e anatomia preservada.
- Espaços e superfícies articulares: mantidos.
- Presença de entesofitos sub e retrocalcaneano ao nível da inserção da fásia plantar e do tendão de Aquiles, respectivamente (Entesopatia calcificante).

### IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

1. Sequela de fratura cominutiva consolidada na diáfise mediodistal da fíbula direita, com marcada alteração morfoestrutural nesta topografia, associada a placa e parafusos de osteossíntese cirúrgica, sem sinais de desalinhamentos significativos.
2. Sequela de fratura em epífise tibial distal e maléolo medial, com marcada alteração morfoestrutural e parafusos de osteossíntese cirúrgica, sem sinais de desalinhamento significativo.
3. Sinais radiológicos de acentuada artrose das articulações tibiotalar, tibiofibular e talofibular, de aspecto sequelar.
4. Redução difusa da densidade óssea em topografia de fraturas prévias de aspecto sequelar.
5. Entesofitos sub e retrocalcaneano ao nível da inserção da fásia plantar e do tendão de Aquiles, respectivamente (Entesopatia calcificante).

  
Isadora de Melo Castro  
CRM 6040







		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.248.608/0001-04</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>10/12/2007</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>205-4 - Sociedade Anônima Fechada</b>			
LOGRADOURO <b>R DA ASSEMBLEIA</b>	NÚMERO <b>100</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR 26</b>	
CEP <b>20.011-904</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>RIO DE JANEIRO</b>	UF <b>RJ</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>PRESIDENCIA@SEGURADORALIDER.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(21) 3861-4600</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>10/12/2007</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/07/2020** às **18:50:51** (data e hora de Brasília).Página: **1/1**